

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2008
(Do Sr. Hugo Leal)

Solicita ao Ministério da Justiça, no âmbito da competência do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor, informações sobre procedimentos adotados para o recall de consumidores de veículos automotores.

Senhor Presidente

Com fundamento no art. 50, §2º da Constituição Federal e na forma dos artigos 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, ouvida a Mesa, requiero sejam solicitadas ao Ministério da Justiça, no âmbito da competência do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor , as informações abaixo relacionadas:

- 1- Por que desde 2003 o DPDC informa as convocações de recall realizadas a partir de 2000, omitindo as convocações anteriores que envolvem cerca de 1,6 milhão de proprietários, já que o próprio órgão reconhece de que não há prazo para o atendimento ao recall?
- 2- Quantos consumidores de veículos foram convocados desde que o CDC entrou em vigor e qual o número dos que atenderam essas convocações?
- 3- Qual a estrutura do DPDC para investigar defeitos de fabricação e como é feito esse trabalho. Citar três exemplos concretos e informar quantos recalls no Brasil foram realizados por determinação do DPDC e não pela decisão espontânea das montadoras ou importadoras?
- 4- Quantas multas foram aplicadas pela SDE e DPDC contra montadoras e importadores, qual o valor das mesmas e quanto foi arrecadado desde que o órgão foi criado?
- 5- Quando recebe o comunicado de recall da montadora ou importadora o DPDC repassa essa informação para o Denatran? Em caso negativo, por que não o faz?
- 6- Por que, ao contrário de outros países que realizam o recall de veículos, o DPDC não determina que a empresa responsável pelo recall forneça e disponibilize on line o passo a passo do serviço que será feito no veículo, permitindo ao consumidor/proprietário saber exatamente o que será feito no seu veículo?
- 7- Acordo entre o DPDC , montadoras, importadores e o Ministério Público Federal de São Paulo, determinou que todas orientações das montadoras e importadoras sobre reparos e correções, que devam ser realizados pelas concessionárias nos veículos, devem ser informadas ao DPDC. O que o DPDC está fazendo com essas informações? Há algum recall motivado por essas informações?
- 8- Como a maioria dos recalls é fruto de defeito em peça ou falha de projeto, como está sendo feito pelo órgão o rastreamento das peças defeituosas no mercado de reposição? Por que não há recall de autopeças, com exceção dos

pneus?

9- Quais as ações de fiscalização e qual o resultado concreto das mesmas, que tenham sido determinadas ou sugeridas pelo DPDC aos PROCONs para fiscalizar a revenda de veículos com recall por fazer nas concessionárias de veículos e revendedores de veículos? Citar cinco casos concretos nos últimos cinco anos?

10- Qual o modelo de comprovante que o proprietário de veículo convocado recebe após atender a convocação e qual a resolução ou norma do DPDC que determina a obrigatoriedade das empresas fornecerem aos proprietários esse documento?

11- As montadoras e importadoras sabem o número de veículos convocados, com a anotação dos chassis dos atendidos? Por que o DPDC não determina que disponibilizem on line comprovante de nada consta de recall, que pode ser retirado também em qualquer concessionária da marca, confirmando que o veículo não tem recall por fazer, permitindo que o vendedor ou comprador possa efetuar a negociação sem preocupação quanto a situação do veículo?

12- Em janeiro de 2004 o Diretor do DPDC, Ricardo Morishita anunciou que estava sendo estabelecido convênio com o Denatran para que nenhum veículo pudesse ser vendido ou licenciado com recall por fazer. Por que até hoje esse convênio não entrou em vigor, qual o estágio em que se encontra e qual a previsão de que isso venha a se concretizar?

JUSTIFICAÇÃO

Alguns dos direitos básicos dos consumidores, nos termos da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), são o direito à informação e o direito à segurança. Assim, quando um produto ou serviço for considerado defeituoso, de acordo com a lei de consumo brasileira, uma vez que o fornecedor verifique essa condição após sua colocação no mercado, este deverá imediatamente apresentar todas as informações cabíveis acerca dos problemas identificados.

Ao procedimento pelo qual o fornecedor informa o público sobre os defeitos detectados nos produtos ou serviços que colocara no mercado dá-se o nome de recall (chamamento). Os objetivos essenciais desse tipo de procedimento são o de proteger e preservar a vida, saúde, integridade e segurança do consumidor, bem como de evitar ou minimizar quaisquer espécies de prejuízos, quer de ordem material, quer de ordem moral. No Brasil, o instituto do recall está previsto no Código de Defesa do Consumidor, que o define em seu artigo 10, § 1º.

Nos últimos oito anos, pelo menos, 3,6 milhões de veículos foram alvos de recall e, somente, nos primeiros meses de 2007, já são 126 mil os proprietários de veículos chamados pelas montadoras. Essa alta incidência de recall levou a Comissão de Viação e Transportes da Câmara dos Deputados a realizar audiência pública, no dia 05/09, para debater o problema, particularmente sob a ótica da segurança no trânsito, e buscar soluções para um maior controle dos veículos.

O debate na audiência pública revelou que nenhum órgão do Governo Federal – ou de qualquer outra instância do Poder Público – sabe exatamente o número de veículos em circulação que foi alvo de recall e se os respectivos proprietários atenderam aos chamamentos das fábricas para a realização dos reparos necessários. De acordo com os representantes das montadoras – os Vice-Presidentes da Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), Marco Antonio Saltini e Carlos Eduardo Lemos - presentes à reunião, apenas aproximadamente 50% dos veículos convocados passam efetivamente pelo recall.

Esse cálculo indica que podem haver hoje mais de 2 milhões de automóveis circulando pelas vias e rodovias brasileiros com defeitos de fabricação e oferecendo risco à segurança de seu proprietário e de terceiros.

Neste ano de 2008, tenho acompanhado na mídia a ocorrência de mais uma série de recalls, sem que pudesse aprofundar nesta Casa o debate sobre as questões ora suscitadas, porque o Senhor Diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor –DPDC, até o presente momento, não respondeu ao Ofício nº 79/2007-GDHL, que enviamos em 24 de setembro de 2007, com idêntico teor ao deste Requerimento de Informação.

Portanto, para possibilitar o aprofundamento da discussão sobre as medidas legislativas necessárias para o maior controle deste problema – apontado como fundamental por todos os participantes da audiência pública, inclusive os representantes do Poder Público -, apresento nesta oportunidade este Requerimento de Informações, que é fundamental para que a Câmara dos Deputados tenha as informações necessárias para que possa contribuir para a redução do número de acidentes no trânsito e a defesa do consumidor.

Sala das Sessões, de abril de 2008

Deputado Hugo Leal
(PSC/RJ)